

PET no HABEAS CORPUS Nº 490.174 - SP (2019/0018906-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
REQUERENTE : WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS
ADVOGADO : WASHINGTON LUIS ALEXANDRE DOS SANTOS -
SP190813
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS ROBERTO PIMENTA BATISTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pedido de liminar no presente *habeas corpus* (e-STJ fls. 45/47), proferida pelo eminente Ministro João Otávio de Noronha, presidente desta Corte.

Na presente petição, a defesa destaca que foi deferida a liminar no HC n. 484.801/SP, em favor do corréu João Batista Malafatti, asseverando que diante da igualdade de situações de ambos, a ordem deve ser estendida ao ora paciente.

Diante disso, requer a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar pleiteada, para revogar a prisão preventiva do paciente.

É o relatório. **Decido.**

Com razão o impetrante.

Na espécie, verifico presente constrangimento ilegal apto a justificar a reconsideração do *decisum* de e-STJ fls. 45/47 e o deferimento da medida de urgência.

No HC n. 484.801/SP, deferi a liminar ao corréu João Batista Malafatti, nos seguintes termos:

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de não caber habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo no caso de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada. A propósito:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 306.319/CE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 19/6/2015).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No caso, **reputo configurados indícios de ilegalidade**, aptos a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal. Explico.

É consabido que a privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

No particular, em uma análise do inteiro teor da decisão singular (e-STJ fls. 47/52), não se verifica a presença de elementos concretos, colhidos dos autos, valorados pelo Magistrado para fins de decretação da prisão do paciente, ajustados às hipóteses legais que autorizam, excepcionalmente, a restrição da liberdade.

Destarte, observa-se que houve apenas o relato das circunstâncias que ocasionaram a prisão do paciente e considerações a respeito da gravidade abstrata do crime de furto praticado com abuso de confiança. A propósito, o Supremo Tribunal Federal rechaça a prisão preventiva decretada somente com base na gravidade em abstrato do delito ou mediante a repetição dos predicados legais e a utilização de fórmulas retóricas que, em tese, serviriam para qualquer situação [...]

(HC n 125.957, Relator Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 24/2/2015, publicado em 13/3/2015).

Com efeito, as condições pessoais favoráveis do paciente, somadas à ausência da demonstração concreta do periculum in libertatis, demonstram a desproporcionalidade da medida cautelar extrema que lhe foi imposta.

Avaliando as circunstâncias do fato concreto, para garantir a ordem pública e assegurar a instrução processual, mister substituir a prisão preventiva pelas medidas cautelares insculpidas no art. 319, fixadas conforme entendimento do magistrado de primeiro grau sobre a adequação e necessidade das medidas.

Sendo assim, diante da excepcionalidade, entendo ser caso de superação do enunciado sumular 691/STF.

Encontrando-se o paciente na mesma condição fático-processual daquela já beneficiado com a liberdade, entendo ser o caso de estender a ordem emanada no referido habeas corpus ao ora paciente, nos termos do art. 380 do CPP.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de e-STJ fls. 45/47 e **defiro** a liminar para determinar que CARLOS ROBERTO PIMENTA BATISTA aguarde em liberdade o julgamento final do presente *habeas corpus*, sob a imposição das medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, cuja regulamentação será feita pelo Juízo de primeiro grau.

Comunique-se, com urgência, registrando **(i)** ao Tribunal impetrado que a concessão desta medida liminar **não prejudica a análise do mérito do habeas corpus originário**; e **(ii)** ao Juízo processante que a imposição de outras medidas cautelares não poderá representar a manutenção do paciente no cárcere.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

